
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E AIDS: A importância da inclusão social no contexto das pessoas soropositivas.

Leonardo Diego da Silva Silveira¹

RESUMO

Na sociedade contemporânea, o ser humano cada vez mais se expõe, de maneira clara, a relações sexuais sem o uso devido de preservativos, pois acha que nunca irá se contaminar com algum tipo de doença sexualmente transmissível (DST). Mas é devido ao comodismo presente nas pessoas e a algumas outras causas que surgem tais doenças, dentre elas a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS). A presente pesquisa apresenta uma reflexão sobre a importância das instituições públicas no que diz respeito à inclusão social de pessoas soropositivas no contexto dessas instituições da sociedade. Tais equipamentos públicos são órgãos em que se materializam as políticas públicas. Como metodologia, foi efetuada a revisão bibliográfica acerca das relações sociais através da autora Douglas (1998), bem como pesquisas nos documentos de Dias (2010), Natividade e Camargo (2011), e também no documento da Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Portadora do Vírus da AIDS (1989). Portanto é importante pensar a inclusão de pessoas soropositivas em meio às outras pessoas e aos profissionais, pois as instituições tem uma grande influência cultural dentro da sociedade, o que as faz possuir um papel fundamental na promoção da educação inclusiva para com pessoas soropositivas dentro da nossa realidade.

PALAVRAS-CHAVE: AIDS; INSTITUIÇÕES PÚBLICAS; INCLUSÃO SOCIAL.

Na sociedade contemporânea o ser humano cada vez mais se expõe de maneira clara a relações sexuais sem o uso devido de preservativos, pois acha que nunca irá se contaminar com algum tipo de doença sexualmente transmissível (DST). Mas é devido ao comodismo presente nas pessoas e a algumas outras causas que surgem tais doenças, dentre elas a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS).

No contexto das instituições públicas como hospitais, escolas, entre outros, é evidente que se existir alguma pessoa infectada por tal síndrome haverá um grande receio por partes das outras pessoas de se incluírem no mesmo espaço social do infectado. Mas é importante ressaltar que os profissionais dessas instituições devem traçar estratégias de inclusão educativa para que consigam efetuar a inclusão social do paciente enfermo junto aos

¹ Universidade Potiguar - UNP/Mossoró; E-mail: leonardodiego_@hotmail.com

demais, de forma que esse não se sinta excluído em meio à sociedade e isso acarrete outros problemas mais graves futuramente.

As relações sociais são entendidas, segundo Douglas (1998), como construções simbólicas coletivas que historicamente reproduzem as ideias sociais. No tocante às representações sociais está a AIDS no universo humano. A AIDS ao se colocar, a partir da década de 1980, como um dos maiores problemas a serem enfrentados pela Saúde Pública, trouxe em seu bojo profundas transformações sociais, políticas e econômicas. Quando esta surgiu no cenário mundial como uma doença transmissível, sem cura e mortal, a comunidade científica demorou algum tempo – breve, porém precioso – para poder avaliar a causalidade e a magnitude do problema que teria pela frente (DIAS, 2010).

As representações sociais no contexto da doença importam limites negativos, como o medo de se relacionar com outras pessoas e de ter sua soropositividade revelada, como também, a discriminação da sociedade e a dificuldade em lidar com a enfermidade (NATIVIDADE; CAMARGO, 2011). Na nossa realidade não é comum conhecer pessoas com o vírus. Mesmo que o número de indivíduos infectados seja grande, nos dias de hoje, muitas pessoas escondem a doença com medo de serem rejeitadas, daí a importância das políticas públicas se fazerem presentes e atuantes.

Estas são um conjunto de ações voltadas para a garantia dos direitos sociais, mas devido ao impacto neoliberal tendem a ser fragmentadas, seletivas e focalistas. O fundamento da política social é o reconhecimento de que as pessoas necessitam de proteção social, e que esta proteção tem de ser garantida coletivamente, principalmente em situações de vida que independam da vontade ou da própria decisão individual. Em termos mais amplos, a política social é a política que busca dar garantia às pessoas na manutenção da sua vida em patamares considerados dignos.

No que diz respeito à pessoa com HIV, existe uma declaração específica criada por profissionais da saúde e membros da sociedade civil com o apoio do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais que é a Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Portadora do Vírus da AIDS, a qual afirma que “todo portador do vírus tem direito à assistência e ao tratamento, dados sem qualquer restrição, garantindo sua melhor qualidade de vida”, como também que “nenhum portador do vírus será submetido a isolamento, quarentena ou qualquer tipo de discriminação” (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA PORTADORA DO VÍRUS DA AIDS, 1989).

Dentre o exposto acima fica claro que toda pessoa com o vírus tem direito a assistência e ao tratamento sem submissão a qualquer tipo de discriminação. Portanto, no que se refere à inclusão social de pessoas soropositivas no contexto das instituições públicas cabe aos profissionais promoverem uma autoconstrução entre si, para estarem se educando inclusivamente e pensando no outro como um sujeito normal e não um disseminador do vírus, pois se sabe que a infecção se dá através do contato entre os sangues ou de relações sexuais sem proteção, mas mesmo assim, ainda existe um grande preconceito criado culturalmente entre as pessoas com relação ao infectado do vírus HIV.

Além do repentino impulso que o advento da AIDS provoca no meio biomédico, evidencia-se uma preocupação crescente com essa doença em praticamente todas as áreas do conhecimento humano. Sendo a AIDS ainda um desafio para a comunidade científica em pleno século XXI, é imprescindível identificar seus rebatimentos perante a questão da saúde da população. Para tal, entram em cena as políticas públicas, que nada mais são do que respostas do poder público para problemas de ordem social (DIAS, 2010).

As instituições públicas são órgãos em que se materializam as políticas públicas. Para que se construa uma definição de sociedade, é preciso compreender o papel das instituições. Elas são fundamentais, pois ditam regras e conceituam valores para se viver em comum acordo, são uma necessidade do ser humano e, de certa forma, limitam o seu agir ou pensar. Devido a essas características atreladas às instituições é que se faz tão importante pensar a inclusão de pessoas soropositivas em meio às outras pessoas e aos profissionais, pois as instituições tem uma grande influência cultural dentro da sociedade. Atualmente, é na sociedade onde ocorre a formação de um cidadão distante de algumas ideias e envolvido em outras que fazem parte de paradigmas sociais; é o senso de correção utilizado pelo mesmo e reproduzido pela ideologia cultural advinda.

Nos dias atuais, apesar de o acesso à informação ser cada vez mais facilitado ainda é crescente o número de pessoas que contraem o vírus HIV. Isso se deve, na maioria dos casos, a questões de conformismo e até mesmo ao machismo atrelado ao homem que não deseja se prevenir. O Estado entende que os equipamentos sociais podem contribuir diretamente na educação inclusiva de pessoas diagnosticadas soropositivas, oferecendo um espaço aberto para este diálogo e materializando os devidos encaminhamentos para que o enfermo efetue o tratamento. Fazendo com que este não se sinta isolado da sociedade apenas por estar com HIV/AIDS, dando total apoio e acompanhamento no decorrer do processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Portadora do Vírus da Aids: Direitos do soropositivo.** Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pagina/direitos-fundamentais>>. Acesso em 27/09/2014.

DIAS, Adriana Viriato Fernandes. **O pensamento científico e a construção de políticas públicas para a AIDS no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro, Setembro de 2010.

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. 161p.

NATIVIDADE, Jean Carlos; CAMARGO, Brígido Vizeu. **Representações sociais, conhecimento científico e fontes de informação sobre AIDS.** Paidéia . 2011, vol.21, n.49, pp. 165-174.